

ESCOLA MILITAR DO REALENGO, EDUCAÇÃO MILITAR E JUVENTUDE (1913-1922)

THE REALENGO MILITARY SCHOOL, MILITARY EDUCATION AND YOUTH

Marcus Fernandes Marcusso

Mestre e Doutorando em Educação (PPGE/UFSCar)

marcusmarcusso@yahoo.com.br

Amarílio Ferreira Jr

Doutor em História Social e professor de História e Filosofia da Educação da UFSCar

ferreira@ufscar.br

RESUMO: No presente artigo pretendemos estudar a Escola Militar do Realengo (EMR) sob a perspectiva da relação entre juventude e educação militar. A educação militar, em particular a oferecida na EMR, apresentava como seu principal objetivo a formação do oficial do Exército e de sua identidade militar. Nesse sentido é necessário considerar as características dos alunos que ingressavam na EMR, uma vez que a juventude pode ser vista como um leque potencialidades que se atualizam de muitas formas, mas cuja identificação social tem a ver com a existência de interesses coletivos de sua geração. Com o intuito de destacar as características dos jovens alunos no processo de formação de sua identidade militar, abordaremos os primeiros anos de funcionamento da EMR, com destaque para a consolidação de uma estrutura disciplinar e doutrinária entre 1913 e 1922, e sua total subversão quando a EMR adere à revolta de 5 de julho de 1922.

PALAVRAS-CHAVE: Educação militar. Escola Militar do Realengo. Identidade militar. Juventude.

ABSTRACT: In this paper we aim to study the Escola Militar do Realengo (EMR) from the perspective of the relationship between youth and military education. The military education, particularly in EMR, had as its main objective the training of Army officer and his military identity. In this sense it is necessary to consider the characteristics of students who joined EMR since that youth can be seen as a potential range that are updated in many ways, but whose social identity is related to the existence of collective interests of his generation. In order to highlight the characteristics of young learners in the process of forming his military identity, we will discuss the first years of EMR operation, with emphasis on the consolidation of a doctrinal and disciplinary structure between 1913 and 1922, and its total subversion when EMR joins the revolt of July 5, 1922.

KEY WORDS: Military Education. Military Identity. Escola Militar do Realengo. Youth.

A análise da Escola Militar do Realengo (EMR) será realizada a partir da perspectiva da relação entre juventude e educação militar. Tal relação será estabelecida tomando como base duas assertivas. A primeira refere-se à educação militar, em particular a oferecida na EMR e seu principal objetivo: a formação da identidade militar. A segunda diz respeito às características específicas dos jovens que ingressavam na EMR, pois como atesta Carrano (2003), a condição de jovem e a sua identidade, de forma geral, estão intimamente ligadas à experiência social de dado tempo histórico. Assim, a juventude pode ser vista como um leque potencialidades que se atualizam de muitas formas, por vezes contraditórias e ambíguas, mas cuja identificação social tem a ver, sobretudo, com a existência de interesses coletivos de sua geração.

No intuito de realizar a análise da EMR é necessário descrever algumas características referentes à sua criação e às estruturas e dinâmicas nas quais encontravam-se os jovens que ingressavam nessa instituição escolar militar.

A Escola Militar do Realengo foi criada pelo regulamento para o ensino militar de 1913, estabelecido pelo Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913¹. Assinado pelo marechal Presidente Hermes da Fonseca, o estatuto procurou eliminar os ensinamentos puramente teóricos, tendo em vista a formação de um oficial, com conhecimentos técnicos e práticos, postura de não-envolvimento em questões políticas, bom instrutor nos corpos de tropa, disciplinador, e bom representante das organizações militares em que fossem servir, especialmente, diante da sociedade civil.

O regulamento completava a orientação ao determinar que “[...] nos referidos estabelecimentos não haverá ensino puramente teórico: todo ele é ou teórico-prático ou prático unicamente.” (Regulamento de 1913-1914, p. 31.)

Era a primeira vez que o termo “teórico-prático” era usado em um regulamento para o ensino militar, que o explicava assim, “[...] teórico-prático significa que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, ser escolhida com um fim útil e, sempre que possível, seguida de exemplos práticos.” (Regulamento de 1913-1914, p. 33)

O primeiro capítulo do Regulamento de 1913-14, intitulado “Da escola e seus fins” em seu primeiro artigo determinava,

Artigo 1º. A Escola Militar é um internato que se destina a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para

a matrícula na Escola Prática do Exército onde lhes será passado o atestado de curso.

Parágrafo único. Não será permitido, sob hipótese alguma, que se matriculem oficiais na Escola Militar. (REGULAMENTO DE 1913-1914, p. 65).

O capítulo IV do Regulamento de 1913-1914, que dispunha sobre as matrículas manteve que os candidatos que tivessem o curso integral de um dos colégios militares deveriam apresentar um atestado de aprovação nas seguintes matérias: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física e Química e noções de Mecânica, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Cartografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria retilínea, e Desenho Linear. Os demais candidatos deveriam apresentar o atestado de aprovação nos exames referentes às mesmas matérias realizados nos próprios colégios. O candidato à seleção deveria, ainda, preparar um requerimento a ser apresentado na secretaria da Escola Militar, até 31 de janeiro de cada ano, dirigido ao Ministro da Guerra, com os seguintes documentos,

[...] certidão de idade ou documento equivalente, provando ser o candidato maior de 17 e menor de 21 anos, referida a idade ao primeiro dia útil do ano da matrícula; documento provando que o candidato era solteiro ou viúvo, sem filhos; certificado de que o candidato não sofria moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa; certificado de vacinação; atestado de boa conduta; (REGULAMENTO DE 1913-1914, p. 86).

Para ingressar na EMR os candidatos ainda seriam submetidos a um exame de admissão, que contava com quatro grupos de provas e cada grupo tinha a modalidade escrita e oral, cujos conteúdos seriam as supracitadas matérias. O grau, ou a nota, de cada prova era a média entre a prova oral e a escrita de cada grupo, totalizando quatro médias de 0 a 10. O candidato seria considerado excluído caso obtivesse nota inferior a 3 em qualquer prova, oral ou escrita, independentemente do valor das outras notas. Ao analisarmos mais detidamente os supracitados trechos do Regulamento de 1913-1914 podemos inferir que os alunos ingressantes na

EMR eram jovens entre 17 e 21 anos que passariam por diversos processos de seleção e que seriam submetidos a um regime de internato. Por se tratar de uma escola militar a rotina seria ainda mais puxada uma vez que a disciplina e a atividade física intensa eram características do cotidiano escolar. A autobiografia de Juarez Távora, escrita em 1973, após o fim de sua importante carreira militar e política² oferece uma descrição dos horários a serem cumpridos em um dia normal,

Os horários eram apertados. Acordávamos às 4,30 para lavar o rosto ou tomar banho e vestir- nos. Por volta das 5,30 tocava o ‘rancho’ para o café. E normalmente devíamos estar formados às 6, para a instrução no campo. Às 9, almoçávamos, e após pequena pausa, começavam, às 10 horas, as aulas teóricas. Às 15, jantávamos. A partir das 16 podíamos deixar o recinto da escola e dar um passeio pelo Realengo. Às 18 horas tocava o ‘rancho’ para a ceia. Depois da ceia tínhamos estudos em sala, que se prolongava até às 21, quando tocava ‘revista’. A esse toque os alunos formavam nos respectivos alojamentos, para conferência, pelo oficial de dia, dos cadetes presentes. Finalmente, às 22 horas, tocava ‘silêncio’. (TAVORÁ, 1973, p. 86).

A rotina descrita por Távora, que mantinha uma forte dose de esforço físico, instrução prática e disciplina férrea foram implementadas pela chamada “Missão Indígena”, executadas pelo Estado-Maior do Exército na EMR, entre 1919 e 1922. Tal missão tem origem no surgimento de um grupo de oficiais chamados “jovens turcos”³, que se caracterizavam por ter uma sólida instrução militar e uma educação formal de qualidade. Esses oficiais iniciaram amplo movimento de modernização do exército nacional, inclusive da educação militar, em dois momentos distintos. O primeiro, como propositores e formuladores de um conjunto de ideias de modernização do Exército Brasileiro muito bem vinculadas em sua publicação mensal, a revista *A Defesa Nacional*. E, o segundo, como membros do comando do Exército, especialmente no Estado-Maior, e como instrutores na EMR, com a supracitada Missão Indígena.

Esse grupo era formado por oficiais que estagiaram por dois anos no exército alemão, entre 1905 e 1912, totalizando 34 oficiais divididos

em três grupos. Ao retornarem ao Brasil, iniciaram uma ampla articulação para a modernização do Exército Brasileiro. Segundo Edgard Carone eles lutaram “[...] constantemente para impor novas regras de disciplina, combate, ao rotineiro exército brasileiro [...]” (CARONE, 1975, p. 352). Para tanto fundaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, que tinha como objetivo principal difundir as ideias dos jovens turcos pelas fileiras do exército a fim de conseguir apoio para as mudanças pleiteadas. Segundo Grunnenthaldt, a revista deixou “[...] repercussões profundas na renovação do Exército da década de 1910, bem como as ideias de renovação repercutiram ganhando forma nos Regulamentos do ensino militar de 1918 e 1919.” (GRUNNENTHALDT, 2005, p. 121). A revista rapidamente ganha grande circulação dentro e fora das fileiras do Exército. Segundo Manuel Domingos Neto (1980), a revista logo tornou-se mais importante e difundida que o Boletim do Estado-Maior do Exército, órgão oficial do Exército. Seus editoriais e artigos versavam sobre temas abrangentes como a necessidade do serviço militar obrigatório para a formação de um exército de reserva e a valorização do Exército perante a sociedade e, também, sobre temas específicos como a descrição de manobras e táticas de guerra modernas e de armamentos. Segundo McCann, a revista serviu para os jovens turcos como “[...] a arena onde os reformistas proclamaram suas doutrinas que retratavam o Brasil como uma ‘pátria tão digna de filhos melhores’ e onde, em seguida, explicaram como o treinamento militar e a mudança social haveriam de produzi-los.” (McCANN, 2007, p. 253).

Vale ressaltar que a implementação da Missão Indígena só foi concretizada mediante a ocorrência de um fator totalmente alheio aos esforços dos jovens turcos: a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o rápido crescimento da importância das Forças Armadas, em especial o Exército, no contexto nacional. Por último, temos a consideração acerca do fim da Missão Indígena, pois todo o trabalho de renovação disseminado na EMR seria abruptamente interrompido com o envolvimento de quase todos os alunos e instrutores da escola no levante de 5 de julho de 1922. A escola acabou sendo tomada pelo clima revoltoso que se intensificava nas fileiras do Exército desde o início de 1922.

As rebeliões que marcaram o dia 5 de julho de 1922 foram irrompidas diante de um decisivo acontecimento: a prisão do marechal Hermes da

Fonseca e o fechamento do Clube Militar. O processo que culminou na prisão do marechal Hermes teve seu início em uma disputa política ocorrida em Pernambuco, onde um grupo político, ligado ao então presidente Epitácio Pessoa, requeria a intervenção federal a seu favor. O envolvimento do marechal se deu após o envio de um apelo de um grupo de oficiais da guarnição de Recife, endereçado ao Clube Militar, que manifestavam o desejo de não intervir. Assim o marechal enviou um telegrama ao comandante da guarnição federal, coronel Jaime Pessoa da Silveira, onde recomendava a não intervenção fazendo a ressalva de que “[...] as situações políticas passam e o Exército fica.” (SILVA, 1984, p. 86).

O presidente Epitácio Pessoa não aceitou a intervenção e no dia 19 de junho de 1922 o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras remeteu um aviso de repreensão ao marechal Hermes por sua interferência indevida em questões que não eram de sua competência legal. O marechal Hermes se sentiu ofendido e em ríspida resposta, escrita no dia 2 de julho, endereçada a Epitácio Pessoa não aceitou a repreensão. Diante disso o presidente Epitácio ordenou a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar por seis meses. Segundo Hélio Silva (1964), depois de 17 horas de detenção Hermes foi solto, no dia 3 de julho, e pouco depois de sua chegada no hotel em que morava, recebeu uma mensagem de seu filho, capitão Euclides Hermes da Fonseca, comandante do Forte de Copacabana, avisando que o Forte e a EMR iriam se revoltar.

O processo conspiratório para a eclosão da revolta foi marcado pela indiscrição e desorganização, geradas pelo entusiasmo otimista, pois os conspiradores acreditavam que suas ações se alastrariam rapidamente pelas fileiras do Exército. Outra característica marcante foi a falta de preparo, manifestada nas falhas de comunicação entre os núcleos rebeldes⁴. Faltou, também, aos rebeldes a percepção de que o Governo Federal tinha graves suspeitas de que poderia ocorrer uma rebelião e por isso já havia tomado algumas medidas preventivas como transferência e afastamento de oficiais suspeitos, especialmente da Vila Militar que, como veremos a seguir, tinha lugar especial no plano dos rebeldes. Fato emblemático dessa conjuntura foi a adesão ao movimento revoltoso do Primeiro Tenente João Alberto Lins de Barros, que servia no 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar,

Eu estava quase alheio a estes acontecimentos. Absorvido pelos cálculos de uma nova tabela de tiro de artilharia, mal terminava o jantar, voltava ao trabalho. Não dava muita atenção a política e não tinha a noção exata da situação. Quando o Presidente Epitácio pessoa fechou o Clube Militar, numa atitude violenta e imprudente, manifestei-me contra. A minha simples declaração no cassino bastou para que eu fosse envolvido nos acontecimentos, em fase final de ação revolucionária. [...] Fui convidado a aderir ao movimento no dia anterior, e optou por se unir aos amigos e a Escola Militar. [...] A revolução veio. No dia 5 de julho, durante noite, todos nós, revolucionários, estávamos a posto para erguer a tropa, ao primeiro sinal, que seria dado pela Escola Militar [...] Éramos loucos dentro de um regimento considerado legalista. (BARROS, 1953, p. 19).

O relato do envolvimento da revolta na EMR, dado por Juarez Távora, instrutor de Engenharia na EMR, não é muito distante da descrição de João Alberto de uma participação às pressas, sem muita preparação ou até conhecimento,

[...] alhei-me das confabulações havidas, dentro ou fora de minha caserna, para o acerto de seu desencadeamento, Não comparei a uma sequer das reuniões do Clube Militar, que o precederam. E, na Escola Militar, onde servia, limitei-me a transmitir a Edmundo de Macedo Soares e Silva, meu colega, ai, como instrutor de Engenharia, e a outros companheiros mais graduados, do Corpo de Instrutores da Escola, a segurança de minha solidariedade a qualquer atitude de desafronta aos brios do Exército, de que eles participassem. Enormemente sobrecarregados de serviços - Edmundo e eu - dedicávamos todo o tempo de que dispúnhamos ao preparo e ministração da instrução que nos cabia dar, como auxiliares de instrutor da Seção de Engenharia da Escola. Quando, após a prisão do marechal Hermes, fui notificado, por um de meus colegas instrutores da Escola Militar, de que o levante estava marcado para a noite de 4 para 5 de julho, reiterei-lhe, sem maiores indagações, minha disposição de nele colaborar. (TÁVORA, 1973, p. 115).

Em ambos os relatos da descrição fica a impressão de que a conspiração foi pouco elaborada e que os oficiais que tomaram parte dela ficaram sabendo do levante às vésperas de sua realização. Os oficiais envolvidos relatam estarem alheios a assuntos políticos e dedicados, exclusivamente, a seus afazeres profissionais, lembrando que estes receberam a instrução da primeira turma da Missão Indígena em 1919.

No depoimento do tenente Eduardo Gomes⁷ consta que após reunião com os oficiais do Forte ficou decidido que a revolta ocorreria na primeira hora do dia 5 de julho. Na capital, outros oficiais manifestaram a vontade de se rebelar, como o comandante da Fábrica de Cartuchos do Realengo, coronel Xavier de Brito que com outros oficiais da EMR iria sublevar a Escola. O coronel Xavier de Brito formou um grupo de alunos da arma da Cavalaria com a missão de interceptar o comandante da EMR, coronel Monteiro de Barros e escoltá-lo, com segurança até a Escola, mas o coronel conseguiu fugir para a Vila Militar. Hélio Silva (1964) reproduz uma passagem de um documento judicial, intitulado *Acontecimentos de 5 e 6 de julho. Denúncias do Procurador Criminal da República*, publicado pela Imprensa Nacional em 1923, onde o coronel Eduardo Monteiro de Barros era acusado de não ter, à época dos fatos, “[...] energia precisa para encarar, como militar, a situação, pois ao invés de enfrentar os amotinados e chamá-los ao caminho da disciplina.” (SILVA, 1964, p. 191) e que, ao invés disso, “[...] procurou fugir para a Vila Militar, o que não fez com medo das patrulhas, voltando pouco depois para a sua residência onde aguardou o desenrolar dos fatos e de onde só saiu depois da derrota das forças revoltosas.” (SILVA, 1964, p. 191).

Na Escola Militar estavam de prontidão cerca de 600 alunos, e apenas uma minoria, cerca de 8 alunos e 5 oficiais não se engajaram no movimento. No processo revoltoso, competia à Escola Militar descer pela estrada São Pedro de Alcântara com destino à Vila Militar onde as forças ali aquarteladas adeririam à revolta para que juntos marchassem para o Palácio do Catete com o intuito de depor o presidente Epitácio Pessoa e empossar o marechal Hermes da Fonseca. Na Vila Militar estavam aquarteladas várias unidades, de todas as armas, pertencentes à 1ª Divisão de Infantaria, sendo uma delas, o 1º Regimento de Infantaria, cujo comandante era o coronel Sezefredo dos Passos, que havia recebido horas antes ordens do Ministério da Guerra para mandar prender um grupo de ofi-

ciais suspeitos que desembarcavam na Estação da Vila Militar. Mais cedo, na tarde daquele dia alguns oficiais da ESAO, que pretendiam se rebelar, também haviam sido detidos. O levante estava fadado ao fracasso, pois os rebeldes da EMR não teriam mais seus elementos de ligação na Vila Militar. Diante desse cenário o confronto era inevitável. No dia 17 de setembro de 1923 o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicava uma matéria, censurada à época dos eventos, sobre o desfecho dos acontecimentos:

A luta, conforme refere o coronel Xavier de Brito em seu depoimento, se tinha mantido encarniçada durante 4 horas a fio. Depois das 10 horas da manhã, novo elemento da Infantaria da Vila foi visto em direção à Escola, procurando contorná-la pelo flanco esquerdo, elemento que, igualmente, poderia ser hostilizado e dizimado e, entretanto, como o anterior, não o foi. Não poderia haver mais dúvida. Estava positiva, inteira e completamente esclarecida a situação. O Coronel Xavier de Brito era responsável por cerca de 600 vidas. Não poderia trucidá-las, comprometê-las inutilmente. Havia cumprido seu dever de bom soldado e bom patriota, e tão grande quanto esse era o de defender todas aquelas vidas. (SILVA, 1964, p.199).

A mesma sequência de fatos ganha outros contornos quando é feita por um dos revoltosos, no caso, o tenente Juarez Távora, que comandou com Edmundo Macedo, o grupo de revoltosos da Arma de Engenharia,

Ao clarear do dia 5, o comando da Escola determinou o disparo de alguns tiros de artilharia, sobre os quartéis da Vila, a fim de verificar o comportamento da tropa nela aquartelada. A reação não demorou. Pouco depois, formações de combate deixavam os quartéis, aproximando-se, com cautela, da posição ocupada pela Escola. Foram trocados, então, os primeiros tiros de infantaria, que, rapidamente, se generalizaram. Por volta de 9 horas da manhã, a situação estava claramente definida: toda a tropa da Vila Militar se movimentava contra a Escola. Entre os elementos desta já havia um morto — o cadete Feordoval Xavier Leal, e um outro ferido. Seria insensato e desumano prosseguir naquele due-

lo desigual. O coronel Xavier de Brito decidiu retirar-se da posição ocupada e reconduzir os cadetes e seus instrutores ao quartel da Escola, no Realengo. [...] A retirada foi feita em ordem. Mas um véu de tristeza e de frustração descera sobre as fisionomias de oficiais e de cadetes. Chegando à Escola, reassumi minhas funções de oficial de dia. No “Livro de Partes”, devia referir-me, no item “Ocorrências”, ao malogrado levante da Escola, de que participara. [...] Pouco depois do meio-dia, a Escola foi ocupada por forças governistas, entregando-se, sem resistência, os oficiais que haviam participado do seu levante. (TÁVORA, 1973, p.118-119).

O jornal termina sua notícia relatando, com certa ironia, o retorno do comandante Monteiro de Barros somente após a “ocupação completa” da Escola.

A revolta do Forte de Copacabana, núcleo do movimento, foi mais duradoura que a da Escola Militar, cerca de dois dias a mais, e foi importante para a história do Exército Brasileiro, mais por conta de seu desfecho que foi narrado com detalhes por um de seus líderes, Siqueira Campos, para uma edição extraordinária do jornal *A Noite*, do dia 3 de outubro de 1923, que reproduzimos a seguir,

As 6,30 horas do dia 6, cinco oficiais e 23 praças constituíam a guarnição do Forte. Após soltarem o general Bonifácio e os demais presos, dispuseram-se para a resistência. Os seus últimos defensores, no firme propósito de não se renderem, saíram para combater as forças do governo e, por terra sitiavam o Forte, evitando assim, a destruição do mesmo e talvez a do bairro de Copacabana; cada um trazia um pedaço da última bandeira do Forte de Copacabana. Na saída, aderiu aos revoltosos o civil Otávio Correia. Já disseram os jornais o que foi a luta entre os revoltosos, estabelecida na praia, nos trechos compreendidos pelas ruas que encerram a praça Sezefredo Correia e a infantaria governista e que durou das 13,45 horas às 15 horas, onde pereceram algumas praças, o civil Otávio Correia e o bravo tenente Carpenter e foram feridos os tenentes Nilton Prado e eu e o tenente Eduardo Gomes, o último atirador do grupo, 1º sargento-

mecânico-eletricista José Pinto de Oliveira, que faleceu 2 dias depois e mais 2 praças que sobreviveram. (SILVA, 1964, p. 154).

Esse relato confere com o depoimento de Eduardo Gomes e representa bem o significado desse episódio que ficaria conhecido como a marcha dos “18 do Forte de Copacabana”, fazendo alusão ao número estimado de membros dessa marcha, embora existam algumas controvérsias históricas em relação ao número exato. De todo modo, esse acontecimento entraria para a história do Exército Brasileiro como símbolo de bravura, patriotismo e até amor ao Exército. No entanto, todas essas “nobres” características seriam “notadas”, apenas muitos anos após os fatos, pois o que realmente aconteceu em seguida foram prisões abusivas, expulsão em massa e perseguições pessoais.

Em relação aos alunos da EMR, nos dias que se seguiram à revolta, todos permaneceram confinados na escola, por conta de seu elevado número. Todo o processo foi liderado pelo EME e a primeira medida tomada foi a abertura de uma sindicância com a elaboração de “listas” para apurar e classificar a participação que cada aluno teve no movimento. A primeira lista continha a epígrafe: “Tomamos parte conscientemente da rebelião da Escola Militar na noite de 4 para 5 de julho.” (SILVA, 1964, p. 158)⁶ e foi assinada por 588 alunos. A segunda lista apresentava a seguinte descrição: “Declaramos que fomos compelidos a tomar parte na rebelião da Escola Militar, na noite de 4 a 5 do corrente, em virtude de conselhos e sugestões de colegas e oficiais.” (SILVA, 1964, p. 159), apenas quatro alunos assinaram. A terceira continha esta legenda: “Declaramos que tomamos parte no movimento de rebelião na Escola Militar, na noite de 4 para 5 do corrente, forçados por ameaças e agressões de colegas e oficiais.” (SILVA, 1964, p.160). 18 alunos assinaram. Alguns dos alunos que assinaram essa lista escreveram observações de que não foram realmente forçados, mas que participaram, pois acreditavam que o movimento havia sido ordenado pelo governo, portanto, era legal. Mais duas listas foram elaboradas, em uma delas sete alunos declaravam que não tomaram “[...] parte no movimento de rebelião da Escola Militar, na noite de 4 para 5 do corrente, por não concordarmos com o mesmo.” (SILVA, 1964, p. 161). A última, e mais peculiar lista foi elaborada a pedido do único aluno que a assinou, Márcio de Azevedo Franco declarou que não tomou “[...] parte no movimento de rebelião da Escola Militar, na

noite de 4 para 5 do corrente, por não estarmos presentes à Escola naquele momento mas, se lá estivéssemos, fariamos causa comum com os nossos camaradas.” (SILVA, 1964, p. 162). Todas as listas tinham um termo de encerramento assinado pelo responsável pela sindicância, o general Antônio de Albuquerque e Sousa, ex-comandante da EMR.

A maioria dos alunos recebeu como punição o desligamento. Para dimensionar o tamanho dessa punição vamos apresentar alguns números. Segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1922, no início daquele ano a EMR contava com 666 alunos regularmente matriculados. Segundo mesmo documento, “Em virtude dos acontecimentos de julho foram desligados 584 alunos que somados a 32, também desligados por diferentes motivos, e a 2, excluídos por morte, perfazem um total de 618.” (RELATÓRIO DO MG, 1922, p. 15). Apenas cinco alunos concluíram os cursos em diferentes armas e foram declarados aspirantes-a-oficial. Permaneceram matriculados na Escola cerca de 40 alunos que continuariam seus estudos em 1923. O efeito que esse esvaziamento da EMR causou nos jovens que ingressavam em 1923 pode ser sintetizado no depoimento de um desses alunos: “Nós chegamos na Escola Militar em 1923 e havia um ambiente de imensidão vazia. A escola de Realengo era uma escola fria. Escola tipo quartel.” (MURICY, 1981, p. 28).

Os acontecimentos do dia 5 de julho foram assunto em dois relatórios ministeriais. É do ministro Calógeras a menção mais detida aos acontecimentos,

Correu irregular e agitado o ano de instrução. Motivos estranhos ao serviço perturbaram a normalidade da tarefa. Houve repercussão nas escolas e como remate final da desordem, culminaram os fatos de princípios de julho. Sem me pronunciar sobre os acontecimentos e responsabilidades, sujeitos ambos ao estudo criterioso de órgãos da justiça militar, *sub judice* portanto, quero, entretanto, **lamentara a regressão havida**. E assim será sempre, enquanto vida, ocupações, anseios, esforços e sacrifícios dos oficiais se não norteam **exclusivamente pelo interesse supremo da carreira das armas, a defesa da lei, no interior, a defesa da bandeira e do território pátrio, no cenário internacional**. Época de tumultos e agitações profundas ficaram divididas as forças em

grupos opostos. [...] Resultou uma situação moral, lamentável e luctuosa, de divisão da classe, de rivalidades e de vinganças, a prejudicar o progresso da instituição e o bem servir ao Brasil. Hoje, todos os amigos do Exército só têm um ideal a propugnar: cumprido o dever de fazer justiça completa e impessoal, redobrar de trabalho para o restabelecimento da união na força armada. (RELATÓRIO DO MG, 1922, p. 24, grifos nossos).

As palavras de Calógeras, sempre pomposas, deixam claro ter ocorrido, em sua perspectiva, uma grande regressão nos avanços disciplinares conquistados pela MI, a partir de 1919, especialmente em relação ao sentido de profissionalismo que estava sendo impresso na EMR. O ministro Setembrino é mais sucinto, mas não deixa de diagnosticar as consequências do acontecimento, especialmente, em relação a instrução,

O ano findo decorreu profundamente irregular para esse estabelecimento de ensino militar, por motivo dos deploráveis sucessos de julho, ocorridos numa época crítica de sua vida escolar, isto é, quando deveriam ter início os exames de fim de período, primeiro dos dois em que o regulamento vigente desdobra o ano letivo. Assim, de julho de 1922 ao fim do mesmo ano, esteve a escola militar numa fase dificultosa de reconstrução (RELATÓRIO DO MG, 1922, p. 14).

A menção mais sintética do ministro é proposital, pois visava minimizar os danos causados pela revolta. Nesse intuito, ao longo do restante do relatório sobre a EMR, o ministro destaca outros aspectos como, por exemplo, a movimentação na tesouraria com uma grande tabela, ou a movimentação da biblioteca, com dados detalhados.

Os oficiais que serviam na EMR também foram investigados e punidos. No Arquivo Histórico do Exército consta uma relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos de 5 de julho de 1922 (AHEX. Fundo Estado-Maior do Exército), conforme verificamos a seguir:

Ao longo da década de 1920 esse grupo de oficiais foi alvo de algumas investigações, militares e criminais, e de perseguição por parte de elementos do Governo Federal.

Posto	Nome	Situação
1º Tenente	Odylio Denys	Em liberdade em Pádua
1º Tenente	Arlindo Maurity da Cunha Menezes	Desertado
1º Tenente	Braziliano Americano Freire	Desertado
1º Tenente	Illydio Rômulo Colônia	Em liberdade no RJ
1º Tenente	Juarez do Nascimento Fernandes Távora	Desertado
1º Tenente	Cyro do Espírito Santo Cardoso	Em liberdade em S. J. Del Rei
1º Tenente	Aristóteles de Souza Dantas	Em liberdade no RJ
1º Tenente	Edmundo Macedo Soares e Silva	Desertado

Quadro 1: Lista Nominal dos Oficiais Pronunciados pelos acontecimentos de 1922, que faziam parte da “Missão Indígena” e sua situação na época

Fonte: Rodrigues, 2008, p. 119.

Por fim, teceremos algumas considerações acerca do significado político e simbólico da revolta de 5 de julho de 1922.

O movimento ganhou importância e prestígio dentro e fora da Forças Armadas somente na década de 1930, pois muitos dos jovens oficiais que deflagraram as revoltas em 1922 no Rio de Janeiro, em 1924 em São Paulo⁷ e que integraram a Coluna Miguel Costa-Prestes⁸, tiveram papel importante na Revolução de 30. Segundo Frank McCann, “Em 5 julho, quando marcharam pela avenida Atlântica, dividiram a oficialidade e puseram o Brasil em um ciclo revolucionário que acabaria por demolir a República.” (McCANN, 2007, p. 288). Entre a produção historiográfica sobre a Primeira República é quase unânime a constatação de que a revolta de 1922 tenha dado origem ao chamado “movimento tenentista”, que abalou as estruturas políticas vigentes até aquele momento precipitando o fim do arranjo político das velhas oligarquias rurais, inaugurado em 1889. O novo “Estado de Compromisso”⁹ exigia uma organização política muito mais complexa e com novos elementos, como os tenentes da década de 1920, que atuaram como interventores estaduais no pós-30.

Em uma análise sociológica do levante de 1922, Miriam Santos afirma que a “[...] revolta do forte de Copacabana é emblemática para

as questões de honra, romantismo e virilidade.” (SANTOS, 2004, p. 22). Partindo dessa premissa a autora atesta que essas características eram a base da identidade militar na Primeira República e que ela se formava gradualmente em diversas fases da vida militar. A fase da Escola Militar é essencial pois trata-se do momento que tais princípios passam a ser incorporados naturalmente pelos alunos, que em pouco tempo terão a função de reproduzi-los como chefes tropa, por exemplo.

A autora seleciona três processos para explicar a formação da identidade militar nos jovens cadetes da EMR. O primeiro processo é o antagonismo entre o Exército (puro, coeso, são) e sociedade civil (incapazes) e política (corruptos). Esse processo é obviamente permeado por muitas variações de intensidade, pois essa característica, embora não seja exacerbada, pode ser reconhecida, como por exemplo, nas intervenções políticas realizadas em nome do bem estar da nação em 1889, em 1930 ou até em 1964. A virilidade já figura como uma característica mais aparente, como podemos perceber nos relatos sobre o cotidiano da EMR na década de 1910. A capacidade transformadora dos intensos exercícios físicos implementados pela Missão Indígena entre 1919 e 1922 é outro exemplo de culto à virilidade.

Por último, temos o “espírito romântico”, ou seja, o romantismo das ações heróicas e realizadas por amor à pátria. A marcha dos 18 do Forte de Copacabana representa o clímax dessa característica, a morte por um ideal. Siqueira Campos ao rememorar o fato elabora uma frase de efeito que sintetiza a ideia do romantismo, “A Pátria tudo se deve dar – A Pátria nada se deve pedir – nem mesmo compreensão” (CARONE, 1975, p. 39).

Vale lembrar que a questão da honra permeia os três processos. A partir da constatação de que esses processos de fato ocorrem na formação da identidade militar, da qual a formação do oficial na Escola Militar é fase importante, é que desenvolvemos a seguinte consideração: o esforço depreendido pelo Ministério da Guerra em conjunto com o EME entre 1919 e 1922 com a criação Missão Indígena, para instituir um ensino prático, com conteúdo essencialmente militar, com uma disciplina rígida e hierarquizada na EMR apresentou, como vimos, alguns resultados consideráveis. Nesse sentido, formava-se oficiais bem capacitados em conhecimentos militares. Em 1919, por exemplo, a EMR formou alguns dos oficiais que em poucos anos comporiam a liderança do chamado movimento tenentista, como atesta Cordeiro de Farias ao rememorar que,

Os oficiais formados em 1919 iam para a tropa senhores do que tinham de fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da oficialidade. A “Missão Indígena” formava turmas de bem mais de cem oficiais por ano, que iam para a tropa. [...] tudo começou a mudar. Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Nesse sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército. (CAMARGO; GOES, 2001, p. 63-64).

Assim, deve-se ressaltar que, a formação prática e tática oferecida pela Missão Indígena na EMR contribuiu em parte, por exemplo, para o sucesso militar da Coluna Prestes, mas não pode ser elencado como fator decisivo para a eclosão dos movimentos que a antecederam, uma vez que esses foram fruto de fatores essencialmente alheios à formação do oficial, em que pese o fato de que a real politização desses tenentes ocorreu após a expulsão das fileiras do Exército e às prisões e perseguições sofridas. João Alberto Lins de Barros (1953) lembra que foi nos tempos de prisão que aprendeu a ser revolucionário.

O ano de 1922 foi emblemático das transformações postas em curso no início dos anos 1920 e cujo maior expoente foi a Revolução de 30 e início do processo de transição para uma sociedade urbano-industrial. Nesse ano temos a realização da Semana da Arte Moderna que mobilizou a vanguarda artística da elite paulistana em evento que apontava novos caminhos para a manifestação cultural, que ultrapassava os modelos essencialmente europeus, em nome de uma arte essencialmente nacional. O ano também ficou marcado pela fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), primeira manifestação de real tentativa de organização do movimento operário que, apesar das significativas greves de 1917, em São Paulo e no Rio de Janeiro, não tinha nenhum tipo de estrutura organizacional.

A revolta de 1922 e o fim precoce da Missão Indígena fizeram com que o alto comando do Exército, especialmente no EME, iniciasse um processo de reformulação na formação do oficial do Exército Brasileiro. Agora sob a orientação dos oficiais da Missão Militar Francesa¹⁰.

Notas

- 1 Alguns de seus artigos foram alterados pelo Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913-1914.
- 2 Juarez Távora participou ativamente do movimento tenentista, de 1922 a até o fim da Coluna Prestes em 1927, e após a Revolução de 30 passou a figurar como importante figura no Governo Vargas. Távora também ocupou cargos políticos nos governos militares. Távora também chegou ao posto de General do Exército. Em 1917 Juarez e seu irmão Fernando entraram para a Escola Militar, saindo em dezembro de 1919 como aspirantes-a-oficial da arma de engenharia.
- 3 O nome deriva da referência, inicialmente com intenção pejorativa, aos oficiais turcos que profissionalizaram o seu exército após receber treinamento dado por oficiais alemães.
- 4 A distância entre o Forte de Copacabana e a EMR é de aproximadamente 40 quilômetros.
- 5 Reproduzido na íntegra em Silva (1964).
- 6 Todas as listam constavam no *Inquérito na Escola Militar* reproduzido na íntegra na obra.
- 7 No dia 5 de julho de 1924, após meses de conspiração uma revolta de grande envergadura mobilizou um grande contingente de revoltosos, muitos deles presentes em 22, na cidade de São Paulo. A batalha contra as tropas legalistas durou cerca de dez dias. Os revoltosos chegaram a expulsar as tropas legalistas no dia 11 de julho, mas poucos dias depois elas voltaram reforçadas e obrigaram os revoltosos a realizar uma retirada estratégica. A data foi escolhida para homenagear os “heróis de 1922.”
- 8 Grupo de militares revolucionários que percorreu cerca de 25.000 km pelo interior do Brasil entre 1925 e 1927 com o intuito de iniciar um amplo movimento contra as oligarquias regionais. A Coluna foi debelada pelas forças legalistas. Os seus comandantes optaram pelo exílio com o intuito de reorganizar as bases do movimento revolucionário. Nesse momento ocorreu a aproximação com a Aliança Liberal de Getúlio Vargas.
- 9 Conceito desenvolvido em Fausto (2008).
- 10 Missão contratada pelo Ministério da Guerra, em 1919, para reorganizar o Exército Brasileiro. A Missão Francesa passou a exercer influência na EMR somente após a participação da escola nos acontecimentos revoltosos de 5 de julho 1922, efetivando sua presença a partir de 1924 com a elaboração de um novo regulamento para o ensino militar.

Referências

- Arquivo do CPDOC/FGV. *Entrevista general José Machado Lopes*. Rio de Janeiro, 1986.
- Arquivo do CPDOC/FGV. *Entrevista general Antônio Carlos Muricy*. Rio de Janeiro, 1981.
- AHEX. Acervo da EMR. *Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar e Prática do Exército*. Ordem do dia nº1 de 9 de maio de 1913.
- AHEX. Fundo Estado-Maior do Exército. *Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922*.
- BARROS, J. A. L. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

CAMARGO, A.; GÓES, W. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2001.

CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CARRANO, P. C. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL) (Universidade de Chicago - EUA).

Relatórios dos Ministros da Guerra, de 1913 a 1923. *Regulamento para a Escola Militar* (Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913). Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso a partir de 8 jun. 2012.

DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no exército (1888-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FAUSTO, B. *A Revolução de 30: história e historiografia*. 16.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p.136-143.

GRUNENVALDT, J. T. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. Tese. (Doutorado em História da Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

McCANN, F. D. *Soldados da pátria: história do exército Brasileiro (1889-1937)*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RODRIGUES, F. da S. *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do exército brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese (Doutorado em História Política)- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. O. *Berço de heróis: o papel das escolas militares na formação dos “salvadores da pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, H. 1922: *Sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

Recebido em 30 mar. 2013 / Aprovado em 9 ago. 2013

Para referenciar este texto

MARCUSSO, M. F.; FERREIRA JR., A. Escola militar do realengo, educação militar e juventude (1913-1922). *EccoS*, São Paulo, n. 31, p. 33-50. maio/ago. 2013.